



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 3/2009 -----

-----Aos três dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, à excepção do Sr. Vereador José Francisco Rolo, que ainda não tinha chegado, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.--

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 02 de Fevereiro de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **513.050,79 € (Quinhentos e treze mil, cinquenta euros e setenta e nove cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarado aberto o período de intervenção do público, tendo usado da palavra a D. Isilda Maria Mendes Cordeiro, ex-funcionária desta Câmara Municipal, que procedeu à leitura de uma exposição que trazia, e que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“O Senhor já aqui referiu “as coisas comigo são tratadas pela via legal, requerimentos por escrito, respostas por escrito, e depois, se for caso disso, Tribunais”. Que o Senhor responde aos Tribunais nos termos do CPA. Santa ignorância! O Senhor deve responder nos termos do CPA a mim. É verdade que eu faço requerimentos por escrito e nos termos do CPA também os posso fazer verbalmente. Sejam de que forma forem o Senhor indefere-os todos. É evidente que se eu tivesse dinheiro cada indeferimento resultaria um processo em tribunal, esta intervenção serve para avisar o Sr. Presidente de que, enquanto não cumprir com a obrigação de me pagar aquilo a que tenho direito e que o Senhor tem indeferido, não deixarei de vir a estas reuniões invocar e denunciar a sua actuação e a dos seus colaboradores na prática de ilegalidades e irregularidades. Estou a referir-me a contar os indeferimentos ao abono para falhas, ao desconto judicial indevido, à recuperação de exercício perdido, às horas acumuladas no âmbito do Estatuto de Trabalhador-Estudante e que o Senhor me mandou acumular, não tendo base em suporte legal, mas foi uma promessa do Senhor, ao vencimento a que tinha direito aquando da aplicação da pena de aposentação compulsiva e até ser paga pela Caixa Geral de Aposentações. Esses indeferimentos tiveram como fundamentação mentiras e artimanhas que facilmente se desmistificarão em tribunal, assim, está apenas na mão de V. Exa. cumprir a lei e ressarcir-me daquilo a que tenho direito, ou ter mais uns quantos processos em tribunal e pagar depois como indemnização, ou continuar a ver-me em todas as reuniões até ao fim deste seu mandato e de todos os que vier a fazer. Pois que a informação pular da carteira é tanta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que poupava a cinco minutos por mês, será infundável. E Sr. Presidente ameaçar-me com processos em tribunal, ou seja com o que for, não vai resultar. Não me vai amedrontar, aliás, processos em tribunal até seria bom porque no tribunal eu não estaria limitada a cinco minutos, antes teria todo o tempo que fosse necessário para poder provar tudo o que tinha dito e mais ainda o tenho para dizer, que não é pouco. E para a eventualidade de o Senhor não resolver até à próxima reunião as situações que tem em dívida para comigo vou já adiantar um assunto que trarei a essa. Na última dei exemplo de como funcionam nesta casa grande parte dos concursos para admissão de pessoal. Para a próxima trarei um exemplo de como funcionam alguns concursos para aquisição de bens e serviços, sendo certo, que será para mim extremamente fácil fazer prova de tudo aquilo que invocarei. Relativamente ao requerimento do abono para falhas, vou passar a ler o requerimento e a resposta, adiantando que, já em tempos o requeri várias vezes, *“Abono para Falhas. Isilda Maria Mendes Cordeiro, relativamente ao assunto supra referenciado, expõe o seguinte: -----*

----- Sempre soube que tinha direito ao Abono para Falhas sem ter que o requerer, mas também sempre soube que cada requerimento seu teria como resposta no indeferimento, e o recurso constante aos tribunais acarreta despesa e muito desgaste. O dito Abono deveria ser plantado tal como é o da tesoureira, da ajudante e de outros funcionários que o recebem sem que tivesse que o requerer, pois que o mesmo já era conferido por lei. Porém, em tempos requeri-o verbalmente ao Dr. Rui Rosa, que me respondeu que seria melhor eu calar-me que já tinha falado com o Presidente, caso contrário o Sr. Presidente mandava-me para o arquivo sem nada para fazer. Ameaça essa já proferida várias vezes. Aquando da chegada a esta Câmara do novo Director de Departamento, foi referido na presença de uma colega que está pronta a testemunhá-lo, que eu deveria estar a receber Abono para Falhas, bem como os funcionários da Piscina, das Creches, dos ATL's, etc. Quando fui para a Câmara Municipal de Sines solicitei o dito Abono, pelo vistos foi indeferido e cujo indeferimento V. Exa. refere agora não ter reclamado. O Sr. Presidente tem garantia de que eu recebi essa comunicação atempadamente ou até se a recebi? E se tivesse recebido e não tivesse reclamado tal facto retirava-me o direito de o voltar a fazer agora? Por considerar não ter ainda perdido o direito de requerer o dito Abono, o farei de novo neste mesmo documento com fundamento inerente à circunstância actual. Assim, por ter sido aposentada compulsivamente e ter de proceder a acerto de contas, não faz sentido V. Exa., tão cumpridores escrupulosamente da Lei ficar a dever-me mais esta importância que a Lei me conferia. É pois, no âmbito do acerto de contas que venho requerer a V. Exa., se digne providenciar no sentido de me ser pago o Abono para Falhas que me era devido por força das funções que exercia referente ao período correspondente ao exercício destas funções”. Tive como resposta, parece que já tinha tido uma resposta idêntica, com base numa informação do Sr. Director de Departamento, que vi à tempos no meu processo. Tive a seguinte resposta: “Considerando que durante o período em que a funcionária em causa procedeu à cobrança das vinhetas dos Transportes Escolares não me foi reportada a existência de quaisquer falhas, considerando o curto período de tempo em que se efectuava a cobrança mensal, dois a três dias, e da entrega das importâncias cobradas e bem assim dos baixos valores envolvidos que se traduziam num baixo risco de contabilidade. Considerando que a mesma nunca requereu tal abono, enquanto desempenhou aquelas funções determino no uso dos poderes, tal...tal...tal...o indeferimento devido”. Esta resposta dá vontade de rir por aquilo que já foi exposto. Tenho direito a ele, e isso é inegável. Respondi, fiz a audiência prévia numa exposição que deu entrada na semana passada e que foi minutada pelo STAL, daí resultando que não restam dúvidas que eu tenho direito ao dito Abono. Agora, se será pago assim ou não, logo se verá! Ser pago, há-de ser! Um aviso para o Sr. Director de Departamento. Não vale a pena continuar a mentir e a dita carta que o Senhor insiste em dizer que me foi entregue logo no dia, não foi entregue no dia, e o Senhor sabe que eu tenho testemunhas, e que nada foi assim. Relativamente ao



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Abono para Falhas e àquilo que o Senhor me disse, e a outras coisas mais, tenho testemunhas. Portanto, continuar a mentir não vale a pena. Está dito.” -----

-----A Câmara Municipal registou.-----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

2.1 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO-----

-----**2.1.1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se à intervenção da D. Isilda Cordeiro, salientando que nada mais podia acrescentar àquilo que já disse sobre o assunto. Disse no entanto que vai percebendo de que há aqui um problema relativo a pagamentos, sublinhando que “julgo que aquilo que estiver na disponibilidade deste Município, que seja devedor, se o é, que seja pago e porventura, isso seja o suficiente para saciar o interesse da D. Isilda que manifesta cada vez que intervém neste fórum.” -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra também referiu entender tratar-se de em assunto recorrente, sublinhando que “seria de todo conveniente que os assuntos que têm vindo a ser expostos pela D. Isilda fossem resolvidos via judicial, ou via administrativa, de modo a que, no mais curto prazo de tempo, as coisas fossem resolvidas sem termos que ir assistindo a esta situação de uma reunião para outra, sem vermos qualquer solução”. -

-----**Eram 10h 30m quando o Sr. Vereador José Francisco Rolo entrou na sala de reuniões.**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra também referiu que “eu não tive a oportunidade de ouvir a intervenção da D. Isilda, mas, há algumas reuniões atrás eu fui aqui “atacado” pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente a algumas opiniões que aqui emiti, no sentido da questão ser clarificada. Hoje não o vou fazer porque não ouvi a intervenção mas, na próxima reunião de Câmara trarei o relatório do IGAT que invocou aqui numa reunião, e nessa próxima reunião irei fazer alguns esclarecimentos sobre a matéria que o Sr. Presidente da Câmara invocou na altura para me “atacar” politicamente”.-----

-----Relativamente a este assunto, o Sr. Presidente referiu nada mais ter a acrescentar àquilo que sempre disse neste órgão, salientando que “mantenho o meu posicionamento. Não sou daqueles que digo uma coisa e faço outra. Mantenho o meu posicionamento relativamente a esta questão. Todos os requerimentos entrados nesta casa têm respostas, e aos tribunais, aquilo que os tribunais devem decidir”.-----

-----**2.1.2 - BOLETIM MUNICIPAL**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho acusou e agradeceu a recepção da última edição do Boletim Municipal. Quanto a este documento, disse manter válidas as apreciações que fez noutras ocasiões, entendendo no entanto que o modelo adoptado, sendo mais compacto que o anterior, é de fácil manuseamento, mais agradável, de fácil leitura e com muitas imagens, sendo bastante esclarecedor da actividade da Câmara Municipal. Sublinhou e relevou o facto deste Boletim Municipal conter a inclusão da Declaração de Voto apresentada pelos Vereadores da Oposição, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009, por considerar ser a mesma pertinente. Reputou de positiva a medida tomada, por entender que “permite dar voz



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

também a sensibilidades diferentes que caracterizam este órgão. Portanto, regozijo-me pelo facto dessa inserção ter sido feita”.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que “aquilo que se pretende é que efectivamente o Boletim Municipal seja um documento informativo para os munícipes, e possa dissipar muitas dúvidas que são deixadas no ar por alguns que têm o dever de esclarecer e informar, e não o fazem como devem, e portanto, o Boletim também tem essa função. Ou seja, a de mostrar aos munícipes que as “coisas” não são como “alguns” lhes querem fazer crer que elas são”.-----

-----**2.1.3 – SORTEIO DE NATAL/ 2008**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho reportou-se ao Sorteio de Natal/2008, promovido pela ADI, salientando que tentou efectuar uma pesquisa nos sites do Município de Oliveira do Hospital, da ACIC, e do Município de Tábua, relativamente aos resultados do referido sorteio, não tendo obtido sucesso. Mais referiu ter apenas conhecimento do resultado do sorteio efectuado no Município de Oliveira do Hospital relativamente à atribuição de um automóvel, manifestando a sua preocupação pelo facto de, sendo este o prémio mais emblemático do sorteio, em dois anos consecutivos, a atribuição ter sido feita a um filho de um comerciante local, salientando que tem sido uma questão que tem suscitado conversas e críticas por parte dos cidadãos oliveirenses. Disse não duvidar do sorteio, mas julga que, “para moralização do próprio sistema e para defesa do Município de Oliveira do Hospital e da ADI, que são promotores deste evento, deveríamos criar regras que permitissem comprovar de alguma forma toda a sanidade do concurso/ sorteio”. Mais referiu que “seria importante, em anos futuros, nomeadamente, exigir que os concorrentes fossem previamente avisados de que deviam manter consigo os respectivos talões de compra dos produtos adquiridos, para que, no momento em que são sorteados, possam exhibir e comprovar que realmente fizeram compras, uma vez que se levantam vozes e eu, como membro deste órgão, não gosto das suspeições que se levantam e que envolvem, não só os elementos deste órgão, mas a própria ADI e ACIC, que eu reputo de entidades, perfeitamente confiáveis e isentas em todo este processo”. Por esta razão referiu entender que terão de ser estudados mecanismos no sentido de criar algum sistema de defesa para os promotores, para que não se levantem mais questões em relação aos contemplados com os prémios deste Sorteio de Natal. -----

-----O Sr. Presidente referiu concordar com a Sra. Vereadora Maria José Feixinho no que diz respeito à ideia de participação no sorteio mediante apresentação de comprovativo de compra em determinada loja aderente, dando conta de que já havia revelado também esta sua opinião ao Presidente da ADI, sublinhando que “os resultados do concurso podem traduzir a noção de que algo não está devidamente acautelado e que, portanto, há que acautelar”. Mais referiu que “não quero com isto dizer que haja qualquer vício relativamente ao sistema, mas concordo plenamente que as pessoas devem efectivamente fazer prova da compra, porque é a única forma de podermos demonstrar que o concurso é totalmente transparente. Portanto, tal como já disse ao Sr. Presidente da ADI, e espero naturalmente que sejam tomadas as medidas necessárias a este nível”. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador Paulo Rocha interveio na qualidade de Presidente da Direcção da ADI, explicando que os resultados do sorteio foram publicados no “Diário de Coimbra”, órgão de comunicação social que esteve associado à ACIC nesta iniciativa, e julga que terão sido também publicados no Jornal Folha do Centro e no Jornal de Oliveira, e bem assim divulgados na Rádio Boa Nova. Sobre a questão de controlar ou de evitar que possam ser feitas leituras enviesadas daquilo que era o objectivo do sorteio, referiu que, na sua opinião, só existe uma forma de aumentar o grau de transparência, visível, de todo o processo, salientando a expressão visível porque, como afirmou “o sorteio decorreu com toda a transparência não se podendo colocar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

em causa o facto de os premiados terem efectivamente realizado compras nos estabelecimentos que atribuíram as senhas”, e que no seu entender passa por ter um ponto único de recepção dos cupões que vão ser sorteados, que apenas podem ser preenchidos e dar entrada na tómbola após apresentação do respectivo talão de compra, como aliás sucede nos Centros Comerciais. -----

-----**2.1.4 – PROJECTO OLIVEIRA “ON LINE” – PONTO DE SITUAÇÃO**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse o ponto de situação acerca da implementação do projecto Oliveira “On Line”, sublinhando que “é um projecto que “está na boca do povo” toda a gente comenta, está a ter um impacto forte, as pessoas estão ansiosas e estão muito animadas com esta oportunidade que o Município de Oliveira do Hospital lhes irá proporcionar com a prestação deste serviço. Contudo, há muitas dúvidas quanto ao sistema de captação, falando-se na necessidade de instalação de uma antena para quem reside em propriedade horizontal ou num outro sistema de captação nas vivendas unifamiliares, depois fala-se que no exterior é possível e no interior falha. Enfim, eu gostaria de saber o que há aqui de verdade ou não”.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra congratulou-se com a implementação do projecto Oliveira “On Line” no concelho de Oliveira do Hospital, salientando tratar-se de um avanço tecnológico de muito alcance e interesse. Referiu reconhecer que é provável que no início surjam algumas dificuldades ao nível da cobertura de sinal, mas entende que tratar-se de uma situação que se resolverá com o tempo através de novos mecanismos/ novas técnicas. Entende no entanto tratar-se de uma medida muito positiva. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que quando a Câmara Municipal instalou este serviço estava consciente de que “seria um serviço que, por mais perfeito, nunca seria acessível às moradias de todos os cidadãos residentes no concelho de Oliveira do Hospital”. Mais referiu que “as pessoas têm que entender que este é um serviço em que uns irão ter a possibilidade de ter acesso dentro de suas casas, nalgumas situações sem antenas receptoras, noutras em que existe a necessidade de adquirir um equipamento receptor, mas que em alguns casos mesmo com a antena receptora existem cidadãos que não vão ter essa possibilidade de acesso”. Referiu igualmente de que “é preciso que esta mensagem seja passada precisamente para os oliveirenses, que por mais perfeito que seja o sistema, jamais será acessível a todos dentro das suas habitações, em virtude das dificuldades de difusão do sinal, à semelhança aliás do que acontece com a rede de comunicações móveis”. -----

-----**2.1.5 – ABANDONO DE REUNIÃO DA ANIVEC/ APIV**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho começou por referir o seguinte “não quero que esta minha intervenção seja interpretada, nomeadamente pelo Sr. Presidente da Câmara, como estando, ou querendo-lhe dar lições seja do que for, não é essa a minha pretensão”. Prosseguiu reportando-se a uma notícia veiculada pela comunicação social que dava conta que o Sr. Presidente da Câmara perante uma intervenção dirigida à sua pessoa, abandonou uma reunião realizada no passado dia 26 de Janeiro, em Oliveira do Hospital, promovida pela ANIVEC/APIV – Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção, e que contava com a presença de cerca de 40 empresários oliveirenses ligados ao sector, para efectuar uma análise sobre a situação económica dos têxteis na região. Disse ainda entender que, a ter sido como foi noticiado, a reacção poderia ter sido outra, pelo facto de considerar que “quem ocupa cargos como todos nós ocupamos e nomeadamente a figura principal do órgão executivo, que é o Sr. Presidente da Câmara, não podemos valorizar demasiado este tipo de ataques, uma vez que há realmente uma tarefa maior e que é o desempenho



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

das próprias competências do Sr. Presidente, que a meu ver impunham outro tipo de reacção. E até porque o Sr. Presidente da Câmara é já uma pessoa extremamente experimentada nestas lides e deveria, pelo que me parece, ter tido outro “sangue frio” para poder fazer o que era importante ali, e que era debater o tema e demonstrar o empenho desta Câmara Municipal na resolução dos problemas no sector, em busca de soluções que agradem naturalmente, quer aos empresários, quer aos empregados, que são a população residente em Oliveira do Hospital, e nas proximidades que possam ter aqui o seu vínculo laboral”. Concluiu solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que relativamente a este tema prestasse alguns esclarecimentos “sempre com um sentido construtivo”, porque, como referiu, “julgo que, se a postura foi esta, foi precipitada. Deveria ter sido outra, porque maiores interesses se levantam, do que uma eventual crítica descontextualizada que foi, por si própria, criticada, e portanto, que me parece que não teve a anuência dos demais participantes no debate/ sessão, e também porque me parece que realmente os valores do que estava ali em discussão e em causa, era muito mais forte do que qualquer tipo de afirmação que tenha caído menos bem.” --

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra referiu que “o problema do desemprego é transversal a várias situações e está a agravar-se de dia para dia em Portugal, no nosso concelho, e no mundo também”, salientando que “as notícias que vamos ouvindo são alarmantes”. No que diz respeito às reuniões que têm vindo a ser realizadas em Oliveira do Hospital, quer pelo NDEIB, quer pela ANIVEC, congratulou-se pelo facto de saber que o Sr. Presidente da Câmara esteve na reunião que se realizou no passado dia 26 de Janeiro, e que interveio, sublinhando que “é muito positiva a sua intervenção nesse aspecto”. Disse igualmente ter sido informado de que as coisas não se passaram tal como foi veiculado pela comunicação social, mas também gostaria que o Sr. Presidente da Câmara prestasse alguns esclarecimentos sobre o assunto. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que “contrariamente ao que determinadas pessoas querem publicamente fazer crer, eu tenho cultura democrática. Jamais me ausentaria de uma reunião porque alguém me questionava ou interferiu com a minha linha de pensamento”. Prosseguiu esclarecendo que “aquilo que aconteceu, é que, quando me convidaram para a reunião eu informei de imediato as pessoas que me convidaram de que estava limitado nesse dia, atendendo a que tinha uma outra reunião agendada para esse mesmo dia às 16 horas nos Paços do Município. Entretanto, precavendo já de que poderia existir algum atraso, solicitei aos serviços para que informassem as pessoas de que a reunião só poderia ser às 16h30m. Protelei, portanto, essa reunião meia hora. Estava ainda no Hotel São Paulo, já passava algum tempo das 16h30m e, como me encontrava ao lado do Sr. Fernando Silva, ele apercebeu-se de que eu estava a olhar para o relógio, e disse-me “O Sr. Presidente tem que se ir embora”, ao que eu respondi “tal como lhe havia dito tenho outra reunião marcada na Câmara”, e o Sr. Fernando Silva levantou-se para informar os presentes de que eu teria de sair. Entretanto, pedi para fazer uma pequena intervenção. E na sequência dessa intervenção, alguém me interrompeu. Dado que também estava quase a terminar, em relação ao assunto que estava a abordar, o que fiz foi provavelmente encurtar a minha intervenção dois ou três minutos afirmando que “face àquela situação eu não estava ali para criar qualquer tipo de problemas”, desejei boa tarde e continuação de bom trabalho a todos os presentes e, retirei-me, porque tinha que me retirar, por força da reunião que tinha agendada, e não porque alguém tivesse efectuado uma intervenção de forma intempestiva ou não, porque isso para mim é indiferente. E portanto, não abandonei reunião nenhuma, que fique claro! Não sou daqueles que facilmente é intimidado, é difícil intimidarem-me. E por isso, não abandonei reunião nenhuma, o que aconteceu foi isto, um facto muito simples, em que tinha outra reunião marcada aqui e tinha que me ausentar, e portanto, na sequência disso, quando me levantei já era para me ausentar”. Concluiu referindo que sabia muito bem do que se ia tratar porque tinha na sua posse toda a documentação inerente aos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

assuntos a abordar na referida reunião, lembrando que “estava suficientemente informado sobre quais são os principais problemas do sector”. Lembrando no entanto que “a Câmara deve estar informada e saber quais são os problemas dos empresários do sector. Agora, a resolução dos problemas, por muito que isto custe a alguns, é da competência do Governo, não é da competência da Câmara. Porque em relação ao que é pedido pelos empresários, a Câmara não tem capacidade de intervenção em nenhuma das linhas mencionadas no referido documento de trabalho”. Mais referiu que, tudo o que é focado pelos empresários, deste ou de outro sector, não está relacionado com a Câmara, porque a autarquia não tem capacidade de intervenção, sublinhando que, caso tivesse a primeira medida que implementaria era a redução imediata da taxa que as empresas pagam para a Segurança Social, de forma a minorar o impacto dos custos do trabalho. -----

-----2.1.6 – SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE O ALCOOLISMO E A TOXICODEPENDÊNCIA -----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho deu conta de que teve conhecimento que esta semana se inicia, em Oliveira do Hospital, uma série de acções de sensibilização sobre o alcoolismo e a toxicodependência, dirigidas nomeadamente à população juvenil. Disse ainda considerar estes temas muito pertinentes já que, lamentavelmente, afectam uma “franja” considerável da população jovem, e menos jovem. Mais referiu que, face aos debates que têm vindo a ser realizados por entidades ligadas à saúde, chegou-se à conclusão de que seria oportuno criar-se uma associação de alcoolizados que trate directamente estas temáticas, na busca de soluções para todos aqueles que padecem dessas doenças. Referiu igualmente ter conhecimento de que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital já se disponibilizou para colaborar no sentido de ajudar a resolver o problema da sede para a instalação da referida associação. Salientou que existem pelos menos 224 doentes assinalados na área do Município, pelo que reconhece que se trata de um tema que não pode ser esquecido, e que terá de ser tratado com o devido cuidado que a gravidade das situações assim merece. Concluiu sugerindo à Câmara Municipal para que este ano, em conjunto com os Agrupamentos de Escolas, analise a possibilidade desta temática vir a servir de base para a elaboração do livro que irá ser produzido com trabalhos e histórias dos alunos do Pré-escolar, à semelhança do que foi feito em anos anteriores sobre os temas da alimentação e prevenção rodoviária. -----

-----O Sr. Presidente em resposta à sugestão apresentada pela Sra. Vereadora Maria José Feixinho, salientou que estes temas são abordados anualmente pelos Agrupamentos de Escolas uma vez que fazem parte dos respectivos Planos Actividades. -----

2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA -----

-----2.2.1 – PRESERVAÇÃO DA CULTURA/ HISTÓRIA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se à necessidade da Câmara Municipal preservar/melhorar cada vez mais o património do concelho, sugerindo à Câmara Municipal que repense na possibilidade do jovem arqueólogo, que é funcionário da Câmara Municipal, mas que, como sabe, tem vindo a desempenhar funções de jardineiro, passar a desempenhar funções inerentes às suas habilitações literárias, salientando que “certamente que ele concorreu ao lugar de Jardineiro e não ao de arqueólogo, mas julgo que seria bom arranjar-se uma oportunidade que, em benefício do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

próprio município, as habilitações e as capacidades deste homem fossem aproveitadas em prol da preservação do património do nosso concelho”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu subscrever por inteiro a posição manifestada pelo Sr. Vereador Albano Almeida, sublinhando que “já em 2007 defendi que se deveria fazer um aproveitamento mais capaz e mais útil para os serviços da Câmara das competências académicas deste funcionário”.-----

-----O Sr. Presidente referiu tratar-se de um assunto recorrente, ao qual já respondeu mais do que uma vez, explicando, no entanto, que o funcionário em causa foi contratado como Vigilante de Parques e Jardins, e não como Arqueólogo, pelo que, na sua opinião, caso este entenda que a função que está a exercer não tem a dignidade que ele pretende, só terá que pedir a exoneração do lugar. Lembrou igualmente que, quando a Câmara Municipal abrir um concurso para admissão de um Arqueólogo, a pessoa em questão pode efectivamente concorrer e sujeitar-se às regras, como qualquer outro cidadão.-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida, atento à explicação do Sr. Presidente da Câmara, propôs então que esta autarquia seja dotada por um Arqueólogo que estude o património do concelho.-----

-----O Sr. Presidente informou que a Câmara Municipal já tem um Historiador, contratado aquando da criação do GTL – Gabinete Técnico Local, a trabalhar nessa área.-----

-----2.2.2 – ADAPTAÇÃO DE ACESSOS A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida deu conta da existência do Instituto das Cidades e Vilas com Mobilidade (ICVM), referindo que este instituto poderia dar algum apoio à autarquia de Oliveira do Hospital, ao nível da detecção e eliminação de barreiras, no âmbito da criação de acessibilidades a pessoas portadoras de deficiência na área do concelho.-----

-----O Sr. Presidente referiu considerar que este é um assunto recorrente, ao qual também já respondeu por diversas vezes, salientando que “em determinados edifícios, custa mais eliminar as barreiras arquitectónicas do que construir os edifícios de raiz”, lembrando que é necessário ter a noção dos custos e das dificuldades que envolvem estes procedimentos. Mais referiu entender que “nomeadamente o Governo dever-se-ia preocupar para que, nos edifícios públicos, o problema da mobilidade fosse definitivamente resolvido, porque faz as leis, que obrigam terceiros, e não cumpre nos casos da sua responsabilidade”.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida esclareceu que se referiu à mobilidade por entender que a Câmara Municipal não conhece todas as dificuldades e as barreiras existentes em todo o Município. Esclareceu ainda que ao sugerir que a Câmara Municipal consulte o ICVM, fê-lo por entender que se trata de uma instituição com uma visão muito mais alargada que a Câmara para a resolução deste problema. Disse ainda que através deste instituto a Câmara Municipal poderá elaborar um levantamento das barreiras existentes na área do Município, nomeadamente em edifícios públicos, e propor às entidades competentes uma atitude activa e promotora dado que têm também algumas responsabilidades, para além daquela que tem a Câmara.-----

-----2.2.3 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que as más condições atmosféricas têm vindo a causar grandes transtornos e prejuízos em várias urbanizações do nosso Município, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que informasse sobre como é que tem decorrido a actuação do Serviço Municipal de Protecção Civil no terreno.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente esclareceu que os serviços da autarquia, a GNR e Bombeiros Voluntários, funcionam sempre em estreita articulação, em prol da resolução dos problemas que vão surgindo no âmbito da Protecção Civil Municipal.-----

2.3 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO -----

-----2.3.1 – ACESSO ATEMPADO À ORDEM DE TRABALHOS E À DOCUMENTAÇÃO PARA A REUNIÃO DE EXECUTIVO -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo protestou pelo atraso na entrega da documentação referente à presente reunião de executivo, salientando que já não é a primeira vez que tal situação acontece. Mais referiu que como é do conhecimento de todos, a Lei prevê que a documentação seja entregue aos Vereadores com dois dias úteis de antecedência, dando conta de que se dirigiu ao local habitual para procurar essa informação, quer na sexta-feira, quer no sábado, pelas 20h15m, esclarecendo que só no domingo, à noite, é que teve acesso à ordem de trabalhos e à respectiva documentação para esta reunião. Concluiu referindo que “nós Vereadores da Oposição não estamos a tempo inteiro na Câmara Municipal, temos que dedicar do nosso tempo para preparar as reuniões de Câmara e estudar estas matérias, pelo que acho que deveria ser feito um esforço no sentido de que a documentação estivesse disponível, pelo menos na sexta-feira à tarde, como muitas vezes é entregue, para podermos preparar devidamente a reunião. Deixava pois esta recomendação”. -----

-----O Sr. Presidente referiu tratar-se de questões inerentes aos serviços administrativos, dando conta que a informação que lhe foi transmitida é de que a documentação foi deixada antes das 20h15m de sábado, no local habitual, lembrando que normalmente a entrega da documentação apenas poderá ser atrasada por causa da acta. Disse igualmente entender a posição manifestada pelo Sr. Vereador José Francisco Rolo, sublinhando que caso estivesse na situação do Senhor Vereador faria exactamente a mesma exigência/solicitação, pois faz questão que os serviços cumpram com aquilo que está estipulado na lei para evitar este tipo de problemas. -----

-----2.3.2 – REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA OLIVEIRA DO HOSPITAL/ FELGUEIRA VELHA -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se às obras de requalificação da estrada Oliveira do Hospital/ Felgueira Velha, designadamente à implantação da rotunda em Ervedal da Beira, salientando que “eu pedi esclarecimento sobre este tema na reunião de 2 de Dezembro de 2008. O Sr. Presidente da Câmara remeteu explicações para mais tarde. Até ao momento nada foi esclarecido e, é importante saber se os trabalhos para a implantação da dita rotunda estão parados ou não. Uma vez que a obra foi desenvolvida em terrenos sem autorização dos proprietários, o que motivou a interrupção da obra, neste momento há ou não autorização dos proprietários para a implantação da rotunda? Se já foi negociada a aquisição dos ditos terrenos e como é que se vai desenvolver e concluir todos os trabalhos previstos? Porque, obviamente que é estranho que se tenha avançado para a realização de uma obra pública, neste caso uma estrada sem que todas as condições para a sua execução não estivesse devidamente acauteladas pelo Município. E como é que esta situação foi possível, isto é, não se acautelar esta questão? Quando foi feito o projecto da obra deveria saber-se que aqueles terrenos não eram do Município, e portanto teriam que ser negociados. Isso não feito. Em suma, como é que o Sr. Presidente da Câmara pretende resolver esta questão, que leve à conclusão da obra, e para quando é que todo este processo burocrático-administrativo fica resolvido?”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente referiu manter o seu posicionamento no que diz respeito a este assunto, pelo que em tempo oportuno irá prestar todos os esclarecimentos devidos sobre esta questão.-----

-----**2.3.3 – CARTA DESPORTIVA MUNICIPAL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte “há dias estive presente num debate designado “Políticas Municipais de Desporto”, um debate levado a cabo pela ARCED, um debate muito vivo e muito participado, com visões distintas mas ainda assim complementares sobre o fenómeno desportivo do concelho, o seu planeamento, a sua sustentabilidade financeira e o desenvolvimento das suas actividades. Tive conhecimento, na fase do debate, pela voz do Sr. Vice-Presidente e Vereador do Desporto, Dr. Paulo Rocha, que a Câmara teria tentado fazer uma Carta Desportiva Municipal. Hoje há quem fale em Atlas Desportivo, por exemplo a Lousã viu recentemente concluído o seu Atlas Desportivo, que planeia todo o conjunto de equipamentos e utilizações desses mesmos equipamentos desportivos. No debate foi lançado o conceito de Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo. A verdade é que, como disse, fomos informados que a Câmara teria tentado fazer uma Carta Desportiva Municipal, ao que soube, de alguma forma abortou essa Carta Desportiva, não foi levada por diante, não teve qualquer resultado prático. Eu não sei se existe algum documento de trabalho. Eu desconhecia que tivesse em curso essa Carta Desportiva, pelo que gostaria de saber se era possível ter conhecimento dos resultados, do desenho, ou do plano previsto para essa Carta Desportiva e o que é que vai ser feito a esse trabalho, se vai prosseguir, se vai avançar para um Atlas, ou para esse novo conceito de planeamento na área desportiva que é o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo, ou seja o que é que vai ser feito?”-----

-----O Sr. Presidente referiu que “há pessoas que desprezam o principal documento de planeamento de qualquer município e deram agora em inventar mais uns planos adicionais, como o Plano da Rede Social, a Carta Desportiva e outros, esquecendo-se de que tudo isto só faz sentido se estiver devidamente integrado no documento matriz de todas as planificações, que é o Plano Director Municipal, agora Plano Municipal de Ordenamento do Território, onde todas essas vertentes têm que estar contidas”. Mais referiu que, para além disso, tem que estar também previsto quais são os recursos financeiros para concretizar essas propostas.”-----

-----Neste momento, o Sr. Presidente dirigiu-se à Sra. Jornalista que tirava fotografias aos membros do executivo, chamando-a à atenção para o facto de se encontrar levantada e a tirar fotografias no decorrer dos trabalhos da reunião, lembrando que mantém a sua posição relativamente a esta matéria.-----

-----O Sr. Presidente prosseguiu lembrando que são questões que devem estar incluídas no Plano Director Municipal, ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “o Dr. Paulo Rocha informou que “arrancaram” com a elaboração de uma Carta Desportiva. Mas também fez uma Carta do Radão. Agora, se todas elas confluem para o PDM, não vejo qual é o mal.-----

-----O Sr. Presidente mais referiu entender que compreenderia sim, se nesse referido debate tivessem sido levantadas questões claras e objectivas, tais como “o que fazer a tantos campos de futebol existentes no concelho? Nomeadamente alguns que tiveram financiamento estatal para ter iluminação, e que não têm hoje qualquer utilização, e bem assim questionar como é que se pôde, à data, apoiar um investimento dessa natureza sem que, esse investimento pudesse ter reflexos no futuro próximo?”, salientando que “estas questões são extremamente importantes. Estas questões são tão importantes, como a questão dos Centros Educativos. Um assunto que deverá ser novamente colocado à discussão. E vejam a defesa e a “falácia” que há algum tempo atrás aqui foi feita por “alguns”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que esta questão também lá foi levantada, sublinhando que “relativamente à comparação que fez com os Centros Educativos, tem tanta legitimidade fazermos um Centro Educativo, como fazer uma ampliação como o Senhor vai fazer”. No que diz respeito à Carta Desportiva questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se vai ou não haver esse documento, se o que está feito serve para dar conhecimento ao executivo, e bem assim se vale a pena dar conhecimento ao executivo e se se pretende dar continuidade ao trabalho feito? -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha lembrou que já havia sido dado conhecimento à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de que “essa Carta Desportiva Municipal estava já algum tempo a ser elaborada”, ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu desconhecer que estivesse a ser desenvolvida uma Carta Desportiva. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “se essa Carta Desportiva está a ser desenvolvida, então dêem-nos conhecimento do documento, se é que é possível conhecê-lo”, lembrando que o Município de Condeixa apresentou esta semana o projecto para o novo Parque Desportivo do concelho. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Presidente referiu que “se a autarquia reduzisse, bastava a 50%, os apoios que concede para o desenvolvimento do desporto, eu quase que me atreveria a dizer que aqui no concelho praticamente terminava tudo, ou quase. E portanto, é preciso que os ditos pensadores que existem no desporto, ponderem bem as suas afirmações. E que pensem seriamente que isto não é só dizer que se deveria fazer um Campo de Ténis, uma Piscina ou outro tipo de equipamento, em determinado local, e depois não ter utentes que justifiquem os investimentos. É preciso pensar na rentabilidade dos próprios equipamentos. Eu já disse isto várias vezes e continuo a dizer, o concelho não é rico, o país muito menos, para se andar a fazer investimentos como alguns que já referi, nomeadamente no domínio da modalidade de futebol e que hoje estão sem qualquer tipo de utilização”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que no referido debate ninguém criticou a política dos subsídios atribuídos pela Câmara Municipal, tal como pode ser comprovado pelo Sr. Vereador do Pelouro”. Disse ainda que dos equipamentos que estão sem utilização, alguns deles tiveram financiamento municipal. -----

-----O Sr. Presidente afirmou que dos que tiveram financiamento municipal estão todos em funcionamento. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou que “neste momento temos um campo no concelho que está parado, e que é o da freguesia de Meruge”. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “eu sabia que o Senhor vereador iria abordar essa questão mas, atenção, não se esqueça que, dos 50 mil euros atribuídos como financiamento para o novo campo de Meruge, foi decidido em reunião de executivo pagar 50% desse valor para liquidar a aquisição dos terrenos. E esse dinheiro nunca estará perdido porque os terrenos tanto poderão servir para construir um Campo de Futebol como para implantar uma infra-estrutura no domínio social, como qualquer outra de natureza pública”, esclarecendo que “os 25 mil euros que foram pagos a Meruge para aquisição do terreno foram bem atribuídos”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que do que se lembra esse dinheiro foi dado inicialmente para construir infra-estruturas desportivas, e não para adquirir o terreno, sublinhando que “eu não quero conflitar com o caso de Meruge. Eu quero é vincar a igualdade de acesso. Isso a mim é que me importa. É o tratamento diferenciado. Meruge tinha 6.300 contos para apoio à prática desportiva, igual verba tinha a Associação Desportiva de Lagares da Beira. O Senhor converte por proposta sua os 6.300 contos para prática desportiva em apoio de infra-estruturas desportivas, para construção. Depois reforça essa verba para 10.000 contos, e atribui nessa altura 5.000 contos à Associação Desportiva de Lagares da Beira para infra-estruturas desportivas. Já pagou 5.000 contos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

a Meruge e os 5.000 de Lagares ainda estão por ser pagos à Associação Desportiva, apesar de ainda aparecerem nos Mapas de Dívida enviados para a Assembleia Municipal. No campo de Lagares havia um problema com o terreno, e com o de Meruge? Também havia problemas mas pagou. Eu não quero conflitar relativamente aos subsídios pagos, eu só quero tratamento igual, em circunstância iguais, e isso não foi feito. O apoio foi bem dado nos dois casos, tem é que ser pago.” -

-----O Sr. Presidente esclareceu que também já havia dito em reunião de executivo que foi atribuída uma verba à Associação Desportiva de Lagares da Beira para aquisição do terreno, dado que o campo de futebol não teria as medidas oficiais exigidas pela Associação de Futebol de Coimbra.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “a questão é que foi atribuído igual subsídio de 5.000 contos às duas associações e, enquanto que esse valor foi pago a uma entidade, a outra continua à espera pelo menos há três anos.-----

-----O Sr. Presidente referiu que aquilo que o Sr. Vereador afirmou não corresponde à verdade, e que tem na sua posse documentos que assim o comprovam. Mais esclareceu que “a Associação dos Amigos de Meruge não podia continuar a disputar a Divisão de Honra dado que o campo não tinha medidas para o efeito, tendo apresentado à Câmara Municipal uma proposta no sentido de que, não entrando na competição, a Câmara Municipal mantivesse o apoio, embora não fosse para disputar o campeonato porque isso não podiam fazer, mas para fazerem a ampliação do Campo de S. Bartolomeu, pois era o que pretendiam fazer à data”. Esclareceu igualmente que “como posteriormente tiveram problemas com a aquisição do terreno necessário para fazerem a ampliação do campo, e como não tiveram condições para negociar o terreno, pensaram na construção de um campo de raiz, e foi quando apresentaram outro pedido que levou a que o executivo decidisse aumentar dos 6.300 contos para os 10.000 contos, à data. E depois a mesma Associação dos Amigos de Meruge veio solicitar à Câmara o adiantamento de parte do subsídio para comprar o terreno onde pretendia instalar o novo Complexo Desportivo. E portanto foi isso que se passou, veio uma proposta à Câmara e o executivo decidiu pagar 25.000 euros para a compra do terreno, que como disse, e mantenho, foi um excelente investimento”. Mais referiu que no que diz respeito à Associação Desportiva de Lagares da Beira, foram feitas diversas reuniões para que houvesse entendimento entre os Bombeiros e aquela associação no sentido de resolver a questão da propriedade do terreno, pelo que espera que, uma vez que existiu uma alteração nos órgãos sociais da Associação de Bombeiros, exista, da parte destes, abertura suficiente para resolver o problema com a Associação Desportiva de Lagares da Beira para que a Câmara Municipal possa cumprir, como sempre, os compromissos assumidos com aquela Associação Desportiva.-----

-----**2.3.4 – EXISTÊNCIA DE UMA MATILHA DE CÃES VADIOS NA LOCALIDADE DE ALDEIA DAS DEZ**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo deu conta da existência de uma matilha de cães vadios na localidade de Aldeia das Dez, sublinhando que “esta matilha de cães já existe há mais de meio ano e tem vindo a crescer, segundo informações que me foram transmitidas. Hoje são mais de uma dezena de cães vadios que circulam na localidade de Aldeia das Dez. Como sabemos esta questão já aqui foi debatida relativamente à cidade e em outras freguesias, sabemos perfeitamente que são um risco para a saúde pública, são um risco especialmente para as crianças e para os idosos, para além de naturais riscos, como disse, para a saúde pública. A Câmara através dos mecanismos próprios tem que tomar medidas e resolver a situação. Com certeza de que as queixas que recebi de vários municípios também chegaram ao conhecimento da Câmara Municipal, portanto deixava esta questão à atenção do respectivo pelouro no sentido de que se resolva este caso”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente referiu que, atendendo à técnica que é usada para se capturarem os canídeos vadios, é complicado fazer-se a sua recolha, lembrando que a situação de Aldeia das Dez foi comunicada e encaminhada ao Veterinário Municipal, pelo que espera que os serviços, dentro do possível, resolvam o problema. -----

-----**2.3.5 – REDE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte “em Dezembro passado solicitei que fosse facultada informação ao executivo sobre o balanço das actividades desenvolvidas em 2008, mas também as principais linhas de acção para 2009, respectivas medidas e objectivos. Alertei, mais uma vez, para a necessidade de actualização do Plano de Desenvolvimento Social, expirado desde 2007. Deixava, neste momento, uma recomendação. À semelhança daquilo que está a ser feito, em outras redes sociais concelhias, acho pertinente que a Rede Social do Município de Oliveira do Hospital se dedique também à divulgação de incentivos para o auto-emprego, de incentivos de acesso ao micro crédito e também de outros mecanismos de apoio para o auto-emprego e para o desenvolvimento de actividades empresariais, inclusivamente os mecanismos que são promovidos pela Câmara Municipal. E, porque vivemos numa época de dificuldades, uma época de crise, acho que também teria todo o interesse fazer-se a divulgação em Oliveira do Hospital do novo Fundo de Apoio ao Empreendedorismo Feminino, do Sistema de Incentivos à Inovação e Empreendedorismo Feminino. É um fundo dotado de 13 milhões de euros, creio que a Câmara Municipal, com a Rede Social, em parceria inclusivamente com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, por exemplo, deveria fazer por divulgar este mecanismo de apoio ao empreendedorismo feminino. Estamos num concelho onde o emprego feminino está muito dependente da Indústria Têxtil e das Confeções. Este mecanismo de apoio ao investimento também passa pela colaboração activa da Associação Nacional de Jovens Empresários. Eu acho que se poderia aqui fazer um grupo de trabalho, uma parceria, no sentido de se divulgar este Sistema de Incentivo à Inovação e Empreendedorismo Feminino. Dizer que o prazo para apresentação de candidaturas termina a 2 de Março, portanto teria toda a pertinência desenvolver nas próximas semanas uma sessão de divulgação deste mecanismo de apoio”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que já aqui havia dito que está a ser desenvolvido o trabalho de reestruturação do Plano, sublinhando que as Técnicas têm estado a trabalhar muito bem, assim como o grupo de trabalho que foi criado para o efeito. Disse ainda que, pela informação que detêm, considera que irão ser surpreendidos com alguns resultados a apresentar, nomeadamente no que diz respeito à projecção da população em determinados locais, no ano de 2030. Mais referiu entender que estes documentos são de relativa importância considerando que, o que se passa hoje ao nível económico e financeiro no país, nada tem a ver com aquilo que se perspectivava há dois anos atrás, sendo que a realidade muda a um ritmo muito elevado, o que altera ou poderá alterar de forma significativa os pressupostos. -----

-----**2.3.6 – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO CONCELHO**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte “há Câmaras Municipais a trabalhar muito proactivamente para estimular o investimento e a criação de empresas. Um exemplo disso foi a Câmara Municipal da Covilhã. Há dias vi noticiado na comunicação social que criou um gabinete para ajudar a criar empresas e para dar apoio técnico a empresas e empresários já instalados e empresas já criadas. Dá aconselhamento, faz encaminhamento para Programas Nacionais e Comunitários e para os Organismos próprios no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

sentido de serem obtidos os devidos licenciamentos. Dá apoio no preenchimento de documentação e formulários *on line*, hoje as candidaturas aos Fundos Nacionais e Comunitários são basicamente através de formulários *on line*. Dá apoio desta natureza, esta é para mim já uma velha reivindicação ou proposta como a quiserem entender, mas eu acho que deveria ser rapidamente concretizado também pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital um Gabinete de Apoio ao Empresário e aos Investidores. E, relembro que o próprio Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital encomendado pela Câmara Municipal recomenda a sua implementação. Portanto, acho que, é de todo pertinente dar-lhe sequência”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente questionou por sua vez o Sr. Vereador José Francisco Rolo o seguinte “para que serve o NDEIB, explique-me?” -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo citou de novo o exemplo do Município da Covilhã que criou um gabinete de apoio à criação de empresas para servir novos investidores e os que já estejam instalados no concelho, tal como foi noticiado pelo Diário “As Beiras”, sublinhando que “isto funciona na Covilhã. Aqui não funciona? O Plano de Desenvolvimento que o Senhor encomendou recomenda a criação de um Gabinete de Apoio ao Investidor. E o Senhor ratificou aquele documento. Ou seja, aquilo que lá está o Senhor agora nega. Quer dizer, isto funciona nas outras autarquias, aqui não vale a pena. O Senhor criou aqui em 2004, se não me engano, o Sistema de Apoio Local ao Empresário. Onde estavam a trabalhar, pelo menos duas pessoas, se bem me recordo, uma delas Economista, e outra pessoa a dar apoio administrativo. Eu pergunto, foi para criar um lugar para alguém em específico? Ou foi para dar uma resposta às necessidades do concelho? Funcionou? Antes, valeu a pena, agora já não vale a pena”.-----

-----O Sr. Presidente referiu que “Eu vou-lhe responder, mas o Senhor Vereador ainda não respondeu à minha pergunta “para que serve o NDEIB?””, ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo respondeu que não era empresário nem sócio do NDEIB, mas que por aquilo que sabia tem uma função de apoio ao sector empresarial no concelho. -----

-----O Sr. Presidente questionou o Senhor Vereador José Francisco Rolo se “acha que a Câmara deve confrontar ou concorrer com uma associação empresarial?”-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu entender que não é confronto mas sim parceria, ou seja, trabalhar em conjunto e unir esforços, dando informações sobre o QREN por exemplo, e cada um fazer a sua parte, salientando que “é assim que se faz desenvolvimento. É assim que se fazem parcerias para o desenvolvimento. Agora o Senhor fala em confronto, mas não é pelo confronto, é precisamente ao contrário. É pela parceria, com trabalho, de mãos dadas”. -----

-----O Sr. Presidente questionou de novo o Sr. Vereador José Francisco Rolo sobre se “sabe para que é que serve a tão propalada Incubadora de Empresas?” -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “não sei, não tenho nenhuma em Oliveira do Hospital para poder analisar e avaliar resultados. Sei que nas GOP’s consta uma verba para aluguer de um pavilhão na Zona Industrial, quanto à Incubadora já a deveríamos ter desde o início do mandato, pois desde 2005 que andamos com esta questão”. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “mas vai ter. Vai ter e, provavelmente, até mais depressa do que aquilo que o Senhor Vereador espera. E a ADI para que é que serve?”-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo retorquiu, “está aí o Presidente da ADI, pergunte-lhe a ele.”--- -----

-----O Sr. Presidente prosseguiu referindo que “não, pergunto-lhe a si. Face aos vários projectos que a ADI já desenvolveu e que está a desenvolver pergunto-lhe a si. Para que serve a ADI?” -----

-----O Sr. Vereador José Francisco disse que “não sei, respondam-me. Eu não faço parte dos Corpos Sociais nem da Direcção da ADI. O Sorteio de Natal, a presença na BTL...” -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente referiu que “o Senhor tem conhecimento das actividades desenvolvidas pela ADI, e portanto aquilo que eu lhe queria dizer é que não faz sentido nenhum a criação do tal Gabinete, atendendo a que se aguarda, a curto prazo, a entrada em funcionamento da Incubadora de Empresas, onde irá passar a funcionar a própria ADI. Aliás, vamos aproveitar, e já o dissemos aqui claramente, os recursos humanos da ADI, colocando-os no espaço da Incubadora para o desenvolvimento das actividades de estímulo ao sector empresarial. Vamos fazer esse aproveitamento de recursos, não vamos andar a contratar pessoas só por contratar, para ter mais não sei quantos funcionários a desenvolver um projecto que ainda não sabemos quais vão ser os frutos. Espero que não sejam os mesmos do tal Serviço Local, porque quanto a esse, a experiência, infelizmente, foi do mais negativo que podia haver. Isso é que considero lamentável, é que os empresários, actuais e potenciais, tenham estruturas que podem prestar-lhes apoio e não as aproveitem. É o pior que pode acontecer. A designação que vamos dar àquele espaço é “BeiraNOVA – Inovação e Empreendedorismo” e vamos ver os frutos que vamos ter, é nesse sentido que vamos trabalhar. Agora se os vamos ter ou não, é como a questão do projecto Oliveira “On Line”, ele está disponível, uns vão ter acesso nas próprias casas, outros se quiserem ter acesso têm que percorrer algum caminho. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “a Incubadora de Empresas não é comparável ao Projecto Oliveira “On Line”. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “eu espero é que o espaço não seja suficiente e que a Câmara Municipal tenha de pensar noutras soluções. Se isso acontecer é bom sinal, é sinal de dinâmica, de vitalidade, e de sociedade civil em termos de vontade de crença”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo citou como exemplo os Municípios de Arganil e de Penela, sendo que no primeiro caso foram assinados sete contratos para instalação de empresas no Centro Tecnológico e Empresarial de Arganil, e no segundo caso foram assinados cinco contratos para instalação de empresas no MINIHABITAT de Empresas, referindo que “e por cá em Oliveira ainda andamos a planear abrir uma Incubadora. Perde-se muito tempo”. -----

-----O Sr. Presidente disse saber o que está instalado nesses espaços, e bem assim no que pode ou não vir a ser a realidade futura, salientando que “espero que a crença se altere e que as pessoas acreditem e tenham vontade de efectivamente resistir e de avançar. Este, porventura, sendo um mau momento em termos económicos pode ser um bom momento para criar empresas, e portanto nós estamos preparados para todas essas eventualidades. Agora vamos ter que ser muito cautelosos em alguns aspectos. Cautelosos, nomeadamente, ao nível de admissão de pessoal, ou seja, admitindo pessoal em função daquilo que são necessidades. E não estar a criar grupos de pessoal para depois estarem um pouco desaproveitados porque não é isso que nós queremos”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “na sequência da minha questão, você, com essa explicação toda, chegou à conclusão de que é importante haver uma estrutura de apoio técnico para os investidores. Isso é que é relevante”. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “isso está inscrito nas GOP’s. Foi lá escrito por nós, preto no branco, não deixamos qualquer tipo de equívoco ou de ambiguidade relativamente a essa matéria. Agora, eu não sou a favor é da criação de estruturas em termos humanos sem estar provada a sua necessidade. É necessário termos cautela em relação a estas questões. Agora vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para dentro poder proporcionar, àqueles que assim o entendam, a criação do seu próprio emprego ou da sua empresa.” -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha lembrou o Sr. Vereador José Francisco Rolo que, a ADI desenvolveu, desde a sua criação, muito mais actividades do que aquelas que mencionou, sendo que neste momento está a preparar um Plano de Formação, a realizar em Oliveira do Hospital para o sector da Confecção de Vestuário e para o sector de Turismo, no âmbito de todos os serviços que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

estejam ligados a esta área. Mais referiu que ainda ontem foi apresentada uma candidatura ao Programa Mais Centro, com um valor de investimento total de 587.000 euros e um incentivo previsto de FEDER de 381.000 euros, com vista ao desenvolvimento de acções no âmbito do apoio ao sector comercial, a levar a efeito nos Municípios de Tábua e Oliveira do Hospital, que engloba a contratação de recursos humanos. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Vereador Paulo Rocha sobre que tipo de acções é que pensam desenvolver, ao que aquele responsável referiu que serão acções de várias tipologia, explicando que foi submetida a candidatura e que, caso seja aprovada, na altura própria será dado conhecimento do seu conteúdo aos Senhores Vereadores, à semelhança do que foi feito com os projectos candidatos ao MODCOM. -----

3 - ORDEM DO DIA -----

-----3.1 - MUNICÍPIO DE MEALHADA - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE -----

D.A.G.F./Proc. 69/3

-----Requer autorização para que, através de diversos meios, possa proceder à divulgação, na área do Município de Oliveira do Hospital, da realização dos cursos do Carnaval da Bairrada, que se realizarão nos próximos dias 22 e 24 de Fevereiro do ano em curso, na cidade de Mealhada, dando conta que a publicidade relativa ao evento decorrerá de 26 de Janeiro a 14 de Fevereiro. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.** -----

-----**Foi igualmente deliberado isentar o Município de Mealhada do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artº 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas.** -----

-----3.2 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA - CORTEJO CARNAVALESCO - PARTICIPAÇÃO PRÉVIA -----

D.A.G.F.

-----Solicita autorização para a realização do seu Cortejo Carnavalesco e respectiva Leitura das Tradicionais “Deixas”, a ter lugar nos próximos dias 24 e 25 de Fevereiro de 2009, tendo para o efeito dado conhecimento à GNR de Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do referido evento.** -----

-----3.3 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL CATRAIENSE - 4º PASSEIO TODO-O-TERRENO ROTA DA ÁGUA – LICENCIAMENTO -----

D.A.G.F./Proc. 69/4

-----Requer a emissão de Licença para a realização do “4º Passeio Todo-o-Terreno Rota da Água”, a ter lugar no próximo dia 15 de Fevereiro do ano em curso, na área do Município de Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de Dezembro e no Regulamento do Licenciamento do Exercício de Actividades Sujeitas a Licenciamento Municipal.** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----3.4 - ANULAÇÃO DE RECEITA VIRTUAL POR PRESCRIÇÃO - RECEITAS DO ANO DE 2000 RELATIVAS A OCUPAÇÃO DE TERRADO DA FEIRA, TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESGOTOS E CONSUMO DE ÁGUA -----

D.A.G.F./Proc. 31/DOC.2

-----Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação dos serviços de Execuções Fiscais, a qual se dá aqui como transcrita e reproduzida e fica a fazer parte integrante desta acta, proceder à anulação das dívidas prescritas relativas a Ocupação do Terrado da Feira, Taxa de Conservação de Esgotos e Fornecimento de Água, respeitantes ao ano de 2000, no montante de 3.358,75 € (Três mil, trezentos e cinquenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos), cujas listagens se anexam e ficam a fazer parte integrante desta acta, devendo os responsáveis pelos serviços emissores a que os respectivos rendimentos dizem respeito proceder à anulação dos conhecimentos em poder da Tesouraria Municipal.----

-----3.5 - LOTEAMENTO CAMARÁRIO DE ERVEDAL DA BEIRA - ATRIBUIÇÃO DE LOTES -----

D.A.G.F./Proc. 6

-----A Câmara Municipal, na sequência da deliberação camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 20 de Janeiro do corrente ano, deliberou, por unanimidade, vender, a Arlete Maria Dias Cruz, o lote nº. 1 do Loteamento Camarário de Ervedal da Beira, com a área de 319 m², pelo preço total de 1.763,03 € (Mil, setecentos e sessenta e três euros e três cêntimos) e o lote nº. 2 a Anabela Figueiredo de Paiva, com a área de 257 m², pelo preço total de 1.420,37 € (Mil, quatrocentos e vinte euros e trinta e sete cêntimos). -----

-----3.6 - CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - FIXAÇÃO DE MONTANTE DE BOLSA DE ESTUDO -----

-----Nos termos do disposto no Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior, a Câmara Municipal, na sequência da deliberação camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 23 de Dezembro de 2008, deliberou, por unanimidade, atribuir uma Bolsa de Estudo mensal no montante de 79,50 € (Setenta e nove euros e cinquenta cêntimos) à candidata Ana Rita dos Santos Madeira Vicente, residente no lugar e freguesia de Nogueira do Cravo (aluna do 1º ano do Mestrado Integrado em Arquitectura).-----

3.7 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) INSTITUIÇÕES: -----

-----A-1) - ARCIAL - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE CRIANÇAS INADAPTADAS -----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à ARCIAL – Associação para Recuperação de Crianças Inadaptadas, um subsídio no montante de 800,00 € (Oitocentos euros) como apoio á realização do “XIX Corta Mato” para pessoas portadoras de deficiência, que terá lugar no próximo dia 07 de Fevereiro do corrente ano. --



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-2) - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS LIMITADOS DA VOZ**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Portuguesa dos Limitados da Voz, um subsídio no montante de **50,00 € (Cinquenta euros)** como apoio ao desenvolvimento de actividades daquela instituição.----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-3) - OBRA DE EUGÉNIA GARCIA MONTEIRO DE BRITO**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Obra de Eugénia Garcia Monteiro de Brito, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à conclusão dos trabalhos de pavimentação, a cubos de granito, do principal acesso exterior daquela instituição. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-4) – FÁBRICA DA IGREJA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fábrica da Igreja de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à realização de obras de restauro da Capela da Casa de Baixo, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-5) - SOCIEDADE RECREATIVA PENALVENSE**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Sociedade Recreativa Penalvense, um subsídio no montante de **3.860,00 € (Três mil oitocentos e sessenta euros)**, como apoio à aquisição de novos instrumentos musicais para a Tuna Recreativa Penalvense. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

3.8 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**3.8.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.3



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 21 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

3.9 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

-----3.9.1 - ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A. / RESIESTRELA, S.A. - CONTRATO DE TRESPASSE CELEBRADO ENTRE AS ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A. E A RESIESTRELA, S.A. -----

D.A.G.F./PROC. 42/19

-----Relativamente ao assunto, em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 14 de Janeiro de 2009, remetida pelas entidades acima identificadas, a dar conta de que, no dia 01 de Janeiro de 2009, após autorização de Sua Excelência, o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi celebrado, entre a Águas do Zêzere e Côa, S.A, na qualidade de “trespassante”, e a RESIESTRELA, S.A, na qualidade de “trespassária”, o Contrato de Trespasse de Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Selectiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da Beira, através do qual a trespassante transferiu para a trespassária, com efeitos a partir da referida data, as relações jurídicas que se encontrem em cada momento necessariamente relacionadas com a continuidade da exploração da concessão do sistema, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação, de prestação de serviços, de aprovisionamento ou de fornecimento de materiais necessários à mesma, incluindo a posição contratual da concessionária nos contratos de entrega e recepção ou de recolha indiferenciada e de promoção da recolha selectiva e do seu adequado processamento celebrados entre a concessionária e cada um dos municípios utilizadores. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----3.9.2 - COMISSÃO VITIVINÍCOLA REGIONAL DO DÃO - 1º CONGRESSO INTERNACIONAL DOS VINHOS DO DÃO-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----Presente o ofício-circular nº 1/09, de 23 de Janeiro, remetido pela entidade em epígrafe, a solicitar o patrocínio desta Câmara Municipal na realização do 1º Congresso Internacional dos Vinhos do Dão – Inovação e Desenvolvimento, que decorrerá de 3 a 6 de Junho de 2009, enquadrando-se nas Comemorações do 1º Centenário da Criação da Região Demarcada dos Vinhos do Dão, cuja organização é da responsabilidade das seguintes entidades: Comissão Vitivinícola Regional do Dão, Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão (DRPAC), Instituto Politécnico de Viseu e Instituto Politécnico de Coimbra. -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, atribuir à Comissão Vitivinícola Regional do Dão, um subsídio no montante de 250,00 € (Duzentos e cinquenta euros) como apoio à realização do referido evento. -----

-----3.9.3 - ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A. - REDE VIÁRIA A MUNICIPALIZAR – EN 17 – KM 69+800/74+410-----

D.S.T./Proc.10

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 7548, datado de 21 de Janeiro de 2009, remetido pela entidade acima identificada, a solicitar à Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal que informe da sua disponibilidade para receber o troço EN 17 – KM 69+800/74+410, atendendo a que a EN 17, no troço compreendido entre Catraia dos Poços e Venda de Galizes, entre Km 45+983 e 74+410, não classificada pelo PRN - Plano Rodoviário Nacional 2000, em vigor, será substituída pelo correspondente troço do IC6, actualmente em construção. -----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente afirmou que “enquanto eu for Presidente da Câmara nem um centímetro aceito receber de estradas nacionais, quanto mais 5 ou 6 Km”, frisando que, com esta proposta, “a EN 17 ficaria subdividida em duas partes, ou seja, uma parte municipalizada e outra classificada como nacional”, lembrando que o troço que atravessa o concelho ultrapassa os cinco quilómetros referidos pela Estradas de Portugal. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu entender que poderá não ser bem assim, uma vez que a Estradas de Portugal poderá ter feito semelhante proposta aos restantes municípios servidos pela EN 17. -----

-----O Sr. Presidente mais referiu que “é mais do que suficiente a estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha, na qual, a autarquia está a gastar quase meio milhão de contos, mais de dois milhões de euros só para a requalificar face ao seu estado de conservação”, entendendo assim que a Estradas de Portugal deve manter as estradas nacionais, tal como a Câmara deve manter a rede viária municipal. -----

-----**Analisado o assunto em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, informar a Estradas de Portugal que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não está interessada em receber estradas classificadas como Nacionais.** -----

-----**3.9.4 - MAPA DE TRANSPORTES** -----

D.A.G.F./DOC.4

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 20 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

4 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----**4.1 – QUALIFICA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES** -----

D.A.G.F./Proc. 33/1

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício com o registo de entrada nº 0868, de 27 de Janeiro de 2009, remetido pela Comissão Instaladora da entidade em epígrafe, a dar conhecimento de que, no passado dia 25 de Outubro de 2008, teve lugar em Portalegre a cerimónia formal de constituição da QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses. Assim, e porque acredita que também os produtos tradicionais alimentares e não alimentares deste município poderiam beneficiar do trabalho desenvolvido por esta Associação, juntando-se ao rol dos produtos portugueses



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

qualificados, convida a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital a aderir à mesma como membro efectivo.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----4.2 - MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL - CARNAVAL DE CABANAS DE VIRIATO - LICENCIAMENTO E PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS-

D.A.G.F. /Proc. 69/3

-----Requer autorização para que, através de um carro de som, possa proceder à divulgação da realização dos corsos de Carnaval da localidade de Cabanas de Viriato, daquele concelho, na área do Município de Oliveira do Hospital, a partir de 12 de Fevereiro do ano em curso, com isenção do pagamento das respectivas taxas de licenciamento.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----Foi igualmente deliberado nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas, isentar o Município de Carregal do Sal do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento.-----

-----4.3 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE “ESTRADA DO VALE DO ALVA, 3ª FASE, TROÇO III – ALDEIA DAS DEZ/ VALE DE MACEIRA” E APROVAÇÃO DE MINUTA-----

D.A.G.F/DOC(s).5 e 6

-----Tendo terminado o prazo de Audiência Prévia, sem qualquer reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a Acta/ Relatório da Comissão de Análise de Propostas, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, adjudicar a execução da empreitada acima identificada à firma SOCONGO, Lda, pelo valor da sua proposta de 1.154.014,45 € (Um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, catorze euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Foi igualmente deliberado nos termos do disposto no nº. 1 do artigo 116º do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março, na sua actual redacção, aprovar a minuta, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente ao contrato da empreitada acima referenciada.-----

5 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----

-----5.1 – VEREADOR PAULO ROCHA-----

-----5.1.1 - PARTICIPAÇÃO DA ADI – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL NA BTL – BOLSA DE TURISMO DE LISBOA-----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conta de que a participação da ADI na BTL foi claramente positiva, sublinhando que se verificou uma afluência muito maior do que aquela que se registou no ano de 2008. Referiu ainda que pode constatar que as pessoas que visitaram o stand da ADI no ano transacto, e que voltaram este ano, perceberam a diferença em termos de imagem, apesar de não se ter dispendido financeiramente, para a representação de dois municípios, o montante que algumas autarquias, à nossa escala, suportaram isoladamente. Disse igualmente que o facto do stand da ADI



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ter ficado posicionado junto a uma área de exposição do “Porto e Norte Portugal”, que detinha uma dinâmica muito própria, também terá beneficiado a afluência ao stand, dando conta que se tratou efectivamente de uma representação muito digna. Referiu que a participação do concelho de Oliveira do Hospital na BTL é, na sua opinião, bastante importante, defendendo, no entanto, que essa presença seja feita em parceria com alguns Municípios da Beira Serra, citando como exemplo o Município de Arganil, que este ano se fez representar na BTL isoladamente, com vista à redução de custos, e bem assim porque entende que “isoladamente, municípios como Oliveira do Hospital, não têm escala para se promover sozinhos num evento daquela dimensão”. Para concluir lembrou que só o custo do espaço ascendeu a mais de 3.500,00 € (Três mil e quinhentos euros). -----

-----A Sra. Vereadora Elsa Correia tomando uso da palavra lembrou que este ano a participação do Município de Oliveira do Hospital na BTL foi, na sua opinião, bastante mais positiva do que no ano de 2008, sublinhando que os dias em que se registou maior afluência foi na quarta-feira e no sábado, altura em que se esgotaram todos os produtos endógenos que haviam sido disponibilizados para as provas gastronómicas, que contaram com a presença de alguns membros da Confraria do Queijo Serra da Estrela e da Confraria do Medronho. -----

-----**5.1.2 – REUNIÃO DE DIRECÇÃO DA ADEPTOLIVA**-----

D.A.G.F.

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião de Direcção da ADEPTOLIVA, que teve lugar no passado dia 29 de Janeiro, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----

-----1 – Análise da situação económico-financeira;-----

-----2 – Situação Pedagógica;-----

-----3 – Outros assuntos.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

5.2 – VEREADORA ELSA CORREIA-----

-----**5.2.1 – SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A PROBLEMÁTICA DO ALCOOLISMO E TOXICODEPENDÊNCIA**-----

-----A Sra. Vereadora Elsa Correia deu conhecimento à Câmara Municipal de que a “Semana de Sensibilização para a Problemática do Alcoolismo e da Toxicodependência”, estava a decorrer de 2 a 6 de Fevereiro do ano em curso, salientando, entre outras actividades, a realização da tertúlia, que terá lugar no próximo dia 4 de Fevereiro (quarta-feira), às 21 horas, na Casa da Cultura César Oliveira, em Oliveira do Hospital, com transmissão directa pela Rádio Boa Nova, convidando os Senhores Vereadores a estarem presentes. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

5.3 – VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES-----

-----**5.3.1 – 4º CONCURSO “A NOSSA AMIGA DONA ÁRVORE”**-----

G.E.C.A.D./DOC.7

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes informou o Executivo de que, no âmbito da comemoração do Dia da Floresta, a ter lugar no próximo dia 20 de Março do corrente ano, a Câmara Municipal vai promover o 4º. Concurso de Desenho denominado “A Nossa Amiga Dona



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Árvore”, destinado a todas as crianças e alunos que frequentam o Ensino Pré-Escolar e o 1º, 2º e 3º CEB do Concelho, propondo a aprovação das normas regulamentares que regem o mesmo, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, e que incluem a atribuição de prémios, a saber: -----

-----Atribuição de prémios aos quatro melhores trabalhos, um por cada nível de ensino, a saber:

-----Pré-Escolar – 1 Máquina Fotográfica Digital (para o Jardim-de-Infância) -----

-----1º CEB - 1 Máquina Fotográfica Digital -----

-----2º CEB - 1 Máquina Fotográfica Digital -----

-----3º CEB - 1 Máquina Fotográfica Digital -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

-----Foi igualmente deliberado designar como representante da Câmara Municipal para Júri do respectivo concurso, a Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes. -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 3 de Fevereiro de 2009 -----

Presidente _____

Vereadores _____



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 3 DE
FEVEREIRO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**